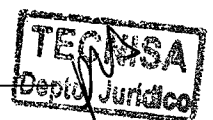


alienação fiduciária contemplada neste Contrato (incluindo, sem limitação, as providências descritas nas Cláusulas III e IV deste Contrato), em ambos os casos em valor determinado por sentença de primeira instância judicial ou arbitral que não esteja sujeita a recurso com efeito suspensivo e cuja obrigação não esteja garantida, emitida contra a Parte por uma corte competente;

- (v) em caráter irrevogável e irretratável nos termos do artigo 684, do Código Civil Brasileiro, a Emissora e Garantidora Fiduciante deverão outorgar ao Agente Fiduciário (para o benefício dos Debenturistas) na data deste Contrato, e deverá manter em pleno vigor e eficácia até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, uma procuração substancialmente na forma do Anexo II a este Contrato, a ser utilizada na ocorrência, e enquanto perdurar, qualquer Evento de Inadimplemento;
- (vi) a não ceder, vender, prometer vender, ou de qualquer forma onerar o Imóvel ora alienado fiduciariamente, sendo certo que o Agente Fiduciário desde já autoriza a cessão ou empréstimo do Imóvel para atividades de *marketing* e promoção de empreendimentos para qualquer pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou esteja sob o controle comum da Emissora e/ou da Garantidora Fiduciante, tendo “controle” o significado que lhe é atribuído pelo Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e desde que tal controle seja exercido exclusivamente pela Emissora e/ou pela Garantidora Fiduciante, conforme o caso, e de maneira não compartilhada com terceiros; e
- (vii) a Emissora e/ou a Garantidora Fiduciante deverão informar mediante notificação por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias após a sua ciência, a ocorrência de qualquer evento que possa vir a ter um efeito adverso sobre a garantia criada por este Contrato, em especial a ocorrência de eventos relevantes que indiquem a possibilidade de depreciação substancial do Imóvel, tais como (a) caso fortuito, força maior, ou fato provocado por terceiro que influencie direta ou indiretamente na avaliação do Imóvel, e (b) a modificação do zoneamento urbano do terreno em que se encontra o Imóvel, que impossibilite a realização de empreendimento imobiliário.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials and signature]



CLÁUSULA VII – TÉRMINO E LIBERAÇÃO

7.1. Este Contrato será automaticamente extinto mediante o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a substituição de garantia ou a liberação de garantia, nos termos previstos na Escritura.

CLÁUSULA VIII – EXCUSSÃO E COBRANÇA

8.1. Ocorrendo um Evento de Inadimplemento e a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas nos termos da Escritura, conforme definido na Escritura, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão promover a excussão da alienação fiduciária ora constituída, observados os seguintes requisitos: (i) a intimação da Emissora e da Garantidora Fiduciante será requerida pelo Agente Fiduciário ao Oficial de Registro de Imóveis competente, indicando o valor vencido e não pago e as penalidades moratórias devidas; (ii) as diligências de intimação serão realizadas pelo Oficial do Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária onde se localiza o Imóvel alienado fiduciariamente, podendo, a critério de tal Oficial, vir a ser realizada por Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da situação do Imóvel, ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou ainda, pelo correio, com aviso de recebimento a ser firmado pessoalmente pela Emissora e/ou pela Garantidora Fiduciante; (iii) a intimação será feita pessoalmente à Emissora e/ou à Garantidora Fiduciante ou a seu representante legal ou a seu procurador regularmente constituído; (iv) se o(s) destinatário(s) da intimação se encontrar(em) em local incerto e não sabido, certificado tal na forma da lei, competirá ao Oficial do Registro de Imóveis promover a intimação por edital com prazo de 30 (trinta) dias contados da primeira divulgação, publicado por 3 (três) dias, ao menos, em um dos jornais de maior circulação no local do Imóvel e da Emissora ou em outra comarca de fácil acesso, se no local do Imóvel não houver imprensa com circulação diária.

8.2. Purgada a mora perante o Oficial de Registro de Imóveis, ter-se-á por convalidado este Contrato, independentemente de aditivo contratual, caso em que, nos 3 (três) dias seguintes, o Oficial competente entregará Agente Fiduciário as importâncias recebidas, deduzidas as despesas de cobrança e de intimação, sendo que eventual diferença entre o valor objeto da purgação da mora e o devido no dia da purgação deverá ser paga pela Emissora na forma prevista na Escritura.

8.3. Em caso de não purgação da mora no prazo assinalado na intimação, o Oficial de Registro de Imóveis competente, certificando esse fato, promoverá a averbação na matrícula do Imóvel, da consolidação da propriedade em nome do Agente Fiduciário.

8.4. Uma vez consolidada a propriedade em nome do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário promoverá público leilão para alienação do Imóvel, nos termos da lei. A alienação far-se-á sempre por público leilão, extrajudicialmente.

8.5. O público leilão será anunciado mediante edital único com prazo de 15 (quinze) dias, contados da primeira divulgação, publicado por 3 (três) dias, ao menos, em um dos jornais de maior circulação no local do Imóvel e da sede da Emissora ou em outro de comarca de fácil acesso, se, no local do Imóvel, não houver imprensa com circulação diária.

8.5.1. Para fins do leilão extrajudicial, as partes adotam os seguintes conceitos:

(i) o valor do Imóvel será estabelecido com base no do laudo de avaliação mais recente dos bens objeto da presente alienação fiduciária entregue ao Agente Fiduciário, tal como regrado na Escritura, exceto se tal laudo for datado de mais de um ano a contar da data execução da garantia aqui constituída, caso em que deverá ser levantado um novo laudo de avaliação, observados os requisitos da Escritura;

(ii) o valor da dívida corresponderá ao saldo devedor decorrente das Debêntures, nele incluídas também os prêmios de seguros e as taxas de administração e de cobrança vencidos e não pagos, atualizados monetariamente até o dia do leilão e acrescidas dos juros convencionais, das penalidades e dos demais encargos contratuais; e

(iii) as despesas são a soma das importâncias correspondentes aos encargos e custas de intimação e as necessárias à realização do público leilão, nestas compreendidas as relativas ao anúncio e a comissão de leiloeiro.

8.5.2. Além do valor da dívida e despesas, serão deduzidos do valor a ser restituído à Emissora e à Garantidora Fiduciante: (i) contribuições devidas ao condomínio (valores vencidos e não pagos na data do leilão), na hipótese de o Imóvel ser unidade autônoma integrante de condomínio; (ii) mensalidades (valores vencidos e não pagos na data do leilão) devidas às associações de moradores ou entidades assemelhadas, se o Imóvel integrar empreendimento de tal característica; (iii) despesas de água, luz e gás (valores vencidos e não pagos na data do leilão), se for o caso; (iv) IPTU, foro, laudêmio e outros tributos ou contribuições eventualmente incidentes (valores vencidos e não pagos na data do leilão), se for o caso; (v) custeio dos reparos efetuados pelo Agente Fiduciário, necessários à reposição do Imóvel em idêntico estado de quando foi alienado fiduciariamente.

8.6. O primeiro público leilão será realizado dentro de 30 (trinta) dias contados da data da averbação da consolidação da plena propriedade em nome do Agente Fiduciário, não sendo

aceito lance em valor inferior àquele atribuído ao Imóvel conforme disposto no item 8.5.1 (i) acima.

8.7. O Agente Fiduciário, já como titular de domínio pleno, transmiti-lo-á, acompanhado da respectiva posse, indireta e/ou direta ao licitante vencedor, se houver.

8.8. Se no primeiro público leilão o maior lance oferecido superar o valor da dívida e despesas, o Agente Fiduciário devolverá à Emissora e à Garantidora Fiduciante a importância que sobejar, no prazo de 5 (cinco) dias ao integral e efetivo recebimento.

8.9. Não havendo oferta em valor igual ou superior ao que as partes estabelecerem conforme disposto no item 8.5.1 (i), o Imóvel será ofertado em segundo público leilão.

8.9.1. No segundo leilão extrajudicial será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida somado com as despesas, os prêmios de seguro, os encargos legais, inclusive tributos e às contribuições condominiais, hipótese em que, nos 5 (cinco) dias subseqüentes ao integral e efetivo recebimento, o Agente Fiduciário entregará à Emissora e à Garantidora Fiduciante a importância que eventualmente sobejar, observado o disposto na cláusula 8.17 abaixo.

8.10. Caso o maior lance oferecido não seja aquele referido na alínea 8.9.1. acima ou se no segundo leilão não houver licitante, a parcela da dívida perante os Debenturistas representada pelo valor indicado no item 3.1.2 acima será considerada quitada, exonerando-o da obrigação de restituição à Emissora e/ou à Garantidora Fiduciante de qualquer quantia, seja a que tempo ou título for. Neste caso, permanecerá devida, nos termos da Escritura.

8.11. Caso ocorram as hipóteses previstas nas Cláusulas 8.8 e 8.9.1 acima, o Agente Fiduciário, nos 5 (cinco) dias que se seguirem à venda do Imóvel, colocará a diferença à disposição, em conta corrente da Emissora, considerando nela incluído o valor da indenização das benfeitorias, depois de deduzidos os valores da dívida e das despesas e encargos, fato que importará em recíproca quitação, não se aplicando o disposto na parte final do artigo 1.219 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA IX – LIMITAÇÃO DOS DEVERES CONCERNENTES ÀS GARANTIAS

9.1. O único dever do Agente Fiduciário com relação à preservação do Imóvel, esteja este ou não sob sua posse, deverá ser de negociar com referido Imóvel da mesma forma que negociariam com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade.

CLÁUSULA X – INDEPENDÊNCIA ENTRE AS DISPOSIÇÕES

10.1. Caso qualquer disposição deste Contrato venha a ser considerada ilegal ou inexecutável em qualquer jurisdição, a disposição em questão será ineficaz na medida da sua ilegalidade ou inexecutabilidade, não invalidando quaisquer outras disposições aqui contidas, nem a sua validade, legalidade ou executabilidade em qualquer outra jurisdição.

CLÁUSULA XI – AUSÊNCIA DE RENÚNCIA

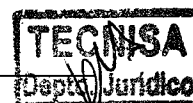
11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer Evento de Inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Contrato ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A renúncia do Agente Fiduciário a qualquer direito ou ação prevista neste Contrato em qualquer oportunidade não deverá constituir uma restrição a qualquer direito ou ação que o Agente Fiduciário teria de outra forma em uma oportunidade futura. Os direitos e ações previstos neste Contrato são cumulativos e não excluem quaisquer direitos ou ações previstos em lei.

11.3. Nenhum dos termos deste Contrato poderá ser alterado, renunciado, ou de outra forma modificado de qualquer forma, salvo se por escrito e assinado pelas Partes e em conformidade com os requisitos especificados na Escritura.

CLÁUSULA XII - NOTIFICAÇÕES

12.1. Todas e quaisquer notificações e outras comunicações exigidas ou permitidas neste Contrato deverão ser feitas por escrito e entregues em mãos, via fac-símile, e-mail, courier, portador ou carta registrada, com aviso ou protocolo de recebimento e taxa de postagem pré-paga, endereçada à parte destinatária que os receberá em seus respectivos endereços conforme indicado abaixo.



Se para a Emissora:

TECNISA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144,
3º andar, conjunto 31
São Paulo – SP, CEP 01451-000
At.: Diretor Financeiro
Tel.: (55 11) 3708-1162
Fax : (55 11) 3708-1125
E-mail: ri@tecnisa.com.br

Se para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900,
10º andar
São Paulo – SP CEP: 04538-132
At.: Viviane Rodrigues
Tel: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Se para a Garantidora Fiduciante:

[SOCIEDADE]

[ENDEREÇO]

At.: Diretor Financeiro da Emissora
Tel.: (55 11) 3708-1162
Fax : (55 11) 3708-1125

12.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contêm documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

12.3. Para os fins da Cláusula 13.2 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

12.4. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes, tão logo tomem conhecimento.

12.5. A parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nas Cláusulas 13.1 a 13.4 acima, não será responsável pelo seu não recebimento pela outra parte, em virtude de sua mudança de endereço que não seja comunicada às demais partes nos termos da Cláusula 13.4 acima.

CLÁUSULA XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As Partes desde já concordam que, em caso de conflito entre as disposições constantes deste Contrato e as constantes da Escritura, que se refiram inclusive, mas não somente à alienação fiduciária do Imóvel, as disposições da Escritura deverão prevalecer. Fica desde já estabelecido, nesse sentido, que a existência de cláusulas e condições específicas neste Contrato, que porventura não estejam descritas na Escritura, deverão ser interpretadas como sendo complementares (e vice-versa) àquelas.

13.2 Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

13.3 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

13.4. Este Contrato deverá constituir um direito contínuo sobre o Imóvel e deverá: (i) permanecer em pleno vigor e efeito, sujeito à liberação ou término conforme o previsto na Cláusula VII deste Contrato; (ii) obrigar a Emissora e a Garantidora Fiduciante, seus sucessores e cessionários, sendo certo, entretanto, que a Emissora e a Garantidora Fiduciante não deverão ceder quaisquer de seus direitos ou obrigações aqui estabelecidos sem o prévio consentimento por escrito do Agente Fiduciário; e (iii) reverter, juntamente com os direitos e ações dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário previstos neste Contrato, em benefício dos Debenturistas e seus respectivos sucessores e cessionários permitidos.

13.5. Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, tudo na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [DATA]

TECNSA
Depto. Jurídico

Página de assinaturas do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, celebrado entre Tecnisa S.A., [Garantidora Fiduciante] e a Planner Trustee DTVM Ltda., em [DATA].

TECNISA S.A.

[GARANTIDORA FIDUCIANTE]

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Testemunhas

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:

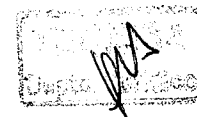












ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

- (i) Principal. 200 (duzentas) Debêntures, sendo 60 (sessenta) Debêntures da 1ª Série, 60 (sessenta) Debêntures da 2ª Série, 40 (quarenta) Debêntures da 3ª Série e 40 (quarenta) Debêntures da 4ª Série, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (o “Valor Nominal Unitário”), totalizando R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real, em 4 (Quatro) Séries, para Distribuição Pública, da Tecnisa S.A. (a “Escritura”), celebrado em 24 de novembro de 2009 (a “Emissão”).
- (ii) Prazo de Pagamento. As Debêntures da 1ª série (“Debêntures da 1ª Série”) terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 23 de novembro de 2012 (a “Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”), as Debêntures da 2ª série (“Debêntures da 2ª Série”) terão prazo de vencimento de 39 (trinta e nove) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 23 de fevereiro de 2013 (a “Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série”), as Debêntures da 3ª série (“Debêntures da 3ª Série”) terão prazo de vencimento de 30, (trinta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 23 de maio de 2012 (a “Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série”) e as Debêntures da 4ª série (“Debêntures da 4ª Série”) terão prazo de vencimento de 33 (trinta e três) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 23 de agosto de 2012 (a “Data de Vencimento das Debêntures da 4ª Série”).

Série	Data de Vencimento
1ª	23.11.2012
2ª	23.2.2013
3ª	23.5.2012
4ª	23.8.2012
Total	R\$ 200.000.000,00

- (iii) Atualização do Valor Nominal Unitário da Debênture. As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo o produto da Atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.



- (iv) Remuneração da Debênture. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente à taxa percentual de 10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis, conforme fórmula prevista no item 4.2.2 da Escritura.
- (v) Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

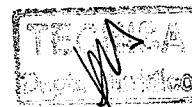
TECNSA
Depto. Jurídico

ANEXO II

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **TECNISA S.A.**, pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações, devidamente registrada como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 3º andar, conjunto 31, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.065.557/0001-12, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e a [DEVEDORA FIDUCIANTE] [QUALIFICAÇÃO] (em conjunto as “Outorgantes”), nomeia e constitui a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, (a “Outorgada”) como sua bastante procuradora para, agindo em seu nome, na mais ampla extensão permitida em lei, incluindo poderes para atuar em nome próprio, praticar todos os atos e providências, de qualquer forma e natureza, necessários ou convenientes, **por ocasião da ocorrência e enquanto perdurar qualquer Evento de Inadimplemento e declaração de vencimento antecipado e caso não tenha havido quitação,** com relação ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, celebrado em [•], entre as Outorgantes e a Outorgada (“Contrato de Alienação Fiduciária”), incluindo, sem limitação, mas sujeito aos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária, o quanto se segue:

- (i) a alienar, cobrar, receber, transferir e/ou excutir o Imóvel (no todo ou em parte), assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, podendo alienar e entregar o Imóvel, no todo ou em parte, pelo preço, termo e condições previstos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real, Sujeita a Condição Suspensiva, em 4 (Quatro) Séries, para Distribuição Pública, da Tecnisa S.A. (“Escritura”), mas de acordo com a lei aplicável, e, em conformidade com a Escritura, destinar os recursos assim obtidos no pagamento das Obrigações Garantidas, sendo investido de todos os poderes necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato;
- (ii) tomar todas as medidas necessárias e firmar os instrumentos que se fizerem necessários perante qualquer autoridade governamental, no caso de venda pública do Imóvel de acordo com os termos e condições estipulados no Contrato de Alienação Fiduciária e na legislação aplicável;
- (iii) firmar os instrumentos nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme seja necessário ou conveniente para a consecução do objeto do Contrato de Alienação Fiduciária; e



- (iv) se necessário para assegurar a perfeição da garantia concedida no Contrato de Alienação Fiduciária em favor do Outorgado, representar as Outorgantes perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, unicamente para efeitos de registro do Contrato de Alienação Fiduciária. O Outorgado poderá substabelecer os poderes ora outorgados, no todo ou em parte, apenas caso renuncie ou seja destituído de suas funções e, neste caso, para o seu substituto.

Os termos em letras maiúsculas aqui empregados, mas não definidos, terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato de Alienação Fiduciária.

Os poderes ora outorgados são em acréscimo aos poderes outorgados pelas Outorgantes ao Outorgado por meio do Contrato de Alienação Fiduciária, não cancelando ou revogando quaisquer dos aludidos poderes.

O presente mandato é outorgado como condição do Contrato de Alienação Fiduciária e como meio de cumprimento das obrigações ali estipuladas, e em conformidade com o disposto nos artigos 684 e 1.433, inciso IV do Código Civil Brasileiro, terá caráter irrevogável, e será válido e vigorará pelo tempo que o Contrato de Alienação Fiduciária estiver em vigor, em conformidade com seus termos e condições.

São Paulo, [DATA]

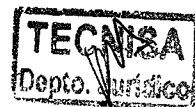
TECNISA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



Anexo 3.11.7-A – Modelo de Termo de Liberação de Garantia Fidejussória

[local], [data]

À

TECNISA S.A.

[At.: Diretor Financeiro

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 3º andar, conjunto 31

São Paulo - SP, CEP 01451-000]

Meyer Joseph Nigri

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 3º andar, conjunto 31

São Paulo - SP, CEP 01451-000

Ref.: Liberação de Garantia

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real Sujeita a Condição Suspensiva, em 4 (Quatro) Séries, para Distribuição Pública, da Tecnisa S.A. ("Debêntures", "Escritura" e "Companhia", respectivamente), celebrado em 24 de novembro de 2009, entre a Tecnisa S.A. ("Companhia") e a Planner Corretora de Valores S.A. ("Agente Fiduciário"), tendo como interveniente o Sr. Meyer Joseph Nigri ("Fiador").

CONSIDERANDO QUE, as Debêntures contam com garantia fidejussória ("Fiança") prestada pelo Fiador em caráter irrevogável e irretratável, sendo limitada ao valor máximo de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) relativa ao cumprimento, pela Companhia, de todas as suas obrigações previstas na Cláusula 3.9 da Escritura.

[(A) UTILIZAR ESSA REDAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE GARTANTIAS:



CONSIDERANDO QUE, nos termos da Cláusula 3.11.1 da Escritura é facultado à Companhia propor ao Agente Fiduciário a substituição da garantia fidejussória descrita na Cláusula 3.9 da Escritura.

CONSIDERANDO QUE, a Companhia constituiu nova garantia representada por [descrever garantia] ("Garantia Substituta"), nos termos do [Contrato de Alienação Fiduciária de Ações / Quotas / Propriedade Imóvel] celebrado em [•] de [•] de 2009, entre a Companhia e o Agente Fiduciário com a interveniência de [•] ("Contrato de Garantia Substituta") visando a substituição da Fiança.

CONSIDERANDO QUE, o Agente Fiduciário recebeu a documentação e verificou as adequações das condições previstas na Cláusula 3.11.7 da Escritura,]

OU

[(B) UTILIZAR ESSA REDAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE GARTANTIAS EM RAZÃO DE AMORTIZAÇÃO OU REAVALIAÇÃO DE GARANTIAS:

CONSIDERANDO QUE, a Companhia realizou tal solicitou, nos termos da Cláusula 3.12.3 da Escritura, a liberação proporcional da garantia fidejussória descrita na Cláusula 3.9 da Escritura, tendo apresentado os demonstrativos que comprovam [a redução do saldo devedor das Debêntures / o aumento do valor das garantias, conforme reavaliação realizada nos termos da Escritura] e o Agente Fiduciário verificou tais documentos e que a liberação parcial das garantias não prejudicará o atendimento ao limite estabelecido na Cláusula 3.12.1 da Escritura,]

em razão do exposto, serve o presente Termo de Liberação de Garantia para liberar a garantia representada pela Fiança, e extinguir de pleno direito a garantia fidejussória constituída na Escritura, desobrigando o Fiador da qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes da Escritura, deixando a Cláusula 3.9 da Escritura de ser válida e produzir efeitos.

Desde já gratos, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Por: _____

Cargo: _____

Por: _____

Cargo: _____



Anexo 3.11.7- B – Modelo de Termo de Liberação de Garantia Adicional Real

[local], [data]

À

TECNISA S.A.

[At.: Diretor Financeiro]

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 3º andar, conjunto 31

São Paulo - SP, CEP 01451-000]

Meyer Joseph Nigri

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 3º andar, conjunto 31

São Paulo - SP, CEP 01451-000

[e

[[•]º Cartório de Registro Geral de Imóveis de [•]]

[INCLUIR SE O ATIVO LIBERADO FOR UM BEM IMÓVEL]

Ref.: Liberação de Garantia

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real Sujeita a Condição Suspensiva, em 4 (Quatro) Séries, para Distribuição Pública, da Tecnisa S.A. ("Debêntures", "Escritura" e "Companhia", respectivamente), celebrado em [•] de [•] de 2009, entre a Tecnisa S.A. ("Companhia") e a Planner Corretora de Valores S.A. ("Agente Fiduciário"), tendo como interveniente o Sr. Meyer Joseph Nigri ("Fiador").

CONSIDERANDO QUE, as Debêntures contam com garantia adicional de alienação fiduciária sobre [DESCREVER GARANTIA A SER SUBSTITUÍDA] (a "Garantia Existente"), nos termos do [Contrato de Alienação Fiduciária de [Ações / Quotas / Propriedade Imóvel] [Sob Condição

Suspensiva], em primeiro grau, celebrado em [•] de [•] de 2009, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Sociedade ("Contrato de Alienação Fiduciária Existente").

[(A) UTILIZAR ESSA REDAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE GARTANTIAS:

CONSIDERANDO QUE, nos termos da Cláusula 3.11.1 da Escritura será facultado à Companhia propor ao Agente Fiduciário a substituição da garantia adicional real descrita na Cláusula 3.10 da Escritura.

CONSIDERANDO QUE, a Companhia constituiu nova garantia representada por [descrever garantia] ("Garantia Substituta"), nos termos do [*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações / Quotas / Propriedade Imóvel*] celebrado em [•] de [•] de 2009, entre a Companhia e o Agente Fiduciário com a interveniência de [•] ("Contrato de Garantia Substituta") visando a substituição da Garantia Existente.

CONSIDERANDO QUE, o Agente Fiduciário recebeu a documentação e verificou as adequações das condições previstas na Cláusula 3.11.7 da Escritura.]

OU

[(B) UTILIZAR ESSA REDAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE GARTANTIAS EM RAZÃO DE AMORTIZAÇÃO OU REAVALIAÇÃO DE GARANTIAS:

CONSIDERANDO QUE, a Companhia realizou tal solicitou, nos termos da Cláusula 3.12.3 da Escritura, a liberação proporcional da garantia fidejussória descrita na Cláusula 3.9 da Escritura, tendo apresentado os demonstrativos que comprovam [a redução do saldo devedor das Debêntures / o aumento do valor das garantias, conforme reavaliação realizada nos termos da Escritura] e o Agente Fiduciário verificou tais documentos e que a liberação parcial das garantias não prejudicará o atendimento ao limite estabelecido na Cláusula 3.12.1 da Escritura;]

em razão do exposto, serve o presente Termo de Liberação de Garantia para liberar a garantia representada pela Garantia Existente, ficando rescindido de pleno direito o Contrato de Alienação Fiduciária Existente.

Desde já gratos, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Planner Trustee DTVM Ltda.

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

